

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

**Colecção
IBEGEANA**

notícias

1102-6
17.07.81

BOLETIM INFORMATIVO – ANO 6 – Nº 34

MARÇO-ABRIL/ 74

SUMÁRIO

PÁGINA

Pesquisa Integrada ESTUDOS E PESQUISAS ATUAIS DA SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	2
Convênios MAPEAMENTO TOPOGRÁFICO DE SANTA CATARINA	5
Documentação & Informação SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (SNICT) – 1	6
SOCIEDADE DE SENSORES REMOTOS	8
Editoriais <i>Novos lançamentos</i> FUNDAMENTOS DE GEOMORFOLOGIA	9
CURSO PARA PROFESSORES DE GEOGRAFIA, nº 19	10
GEOGRAFIA DA GUANABARA – 2a. edição	10



PESQUISA INTEGRADA

ESTUDOS E PESQUISAS ATUAIS DA SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

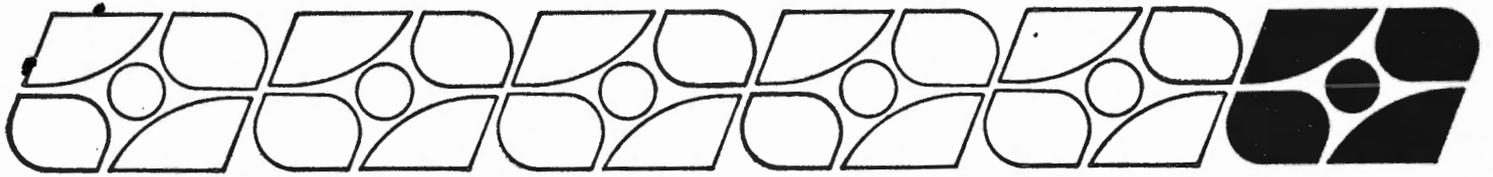
Para o desenvolvimento e busca de novas opções estratégicas da política econômica e social do Governo, é de importância fundamental as atribuições da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sua atuação, norteadada pela Lei 5.878, de 11 de maio de 1974, dirige-se no sentido de dotar o País de informações necessárias que impulsionem e acelerem o esforço desenvolvimentista brasileiro em diferentes setores ligados à economia, bem-estar e segurança nacional. Desse modo, o IBGE em suas áreas básicas de atividades — produção e divulgação de informações e estudos estatísticos, geográficos, cartográficos e demográficos — vem se estruturando através da criação de novas unidades de trabalho, conciliando, sempre, métodos avançados de levantamentos, pesquisas, análises e difusão da informação, às imposições da realidade brasileira de país em desenvolvimento, sujeita a constantes e rápidas modificações estruturais e setoriais.

A **Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento**, uma das principais unidades de trabalho do IBGE ligada à Diretoria Técnica, funciona dentro desse esquema. Um exemplo são as atividades que atualmente ali se desenvolvem, através de departamentos, centros de estudos e grupos de trabalho que a compõem, buscando constantemente a cooperação interdisciplinar:

O **Departamento de Geografia (DEGEO)** ocupa-se, basicamente, em desenvolver suas atividades segundo dois níveis, um, em escala nacional, no sentido de proporcionar uma visão global do País através da generalização e da integração de fatos geográficos num sistema nacional, outro, em escala regional ou local, mediante a realização de estudos particulares de temas e áreas selecionadas de acordo com prioridades, interesses e diretrizes da política governamental.

Assim, dedica-se à revisão sistemática dos modelos de Divisão Regional do Brasil, mediante pesquisas que objetivem o conhecimento do quadro natural bem como dos processos agrários, urbanos e industrial do País, valendo-se de novas técnicas e da mais moderna metodologia, e de molde que, tais estudos, constituam-se, também em subsídios à política nacional de desenvolvimento.

No que tange aos programas, que constituem as efetivas linhas de ação do DEGEO, destacam-se os estudos pertinentes à regionalização, às migrações internas, às formas de atuação das cidades brasileiras, ao processo de metropolização, à população, aos domínios ecológicos e recursos naturais e, por fim, ao programa do *Atlas Nacional do Brasil*, este no que toca à parte regional, correspondente a cada uma das macrorregiões do País.



O Centro Brasileiro de Estudos Demográficos, por sua vez, dedica-se à realização de estudos, pesquisas e trabalhos científicos sobre aspectos qualitativos e quantitativos de população; elaboração de trabalhos e execução de pesquisas que contribuam para o diagnóstico da situação demográfica brasileira, em seus aspectos estruturais, dinâmicos e espaciais; colaboração com os órgãos técnicos do IBGE no aprimoramento de estatísticas e estudos de população. Em seu rol de atividades para o exercício de 1974 destacam-se, entre outros, os seguintes itens do programa de trabalho:

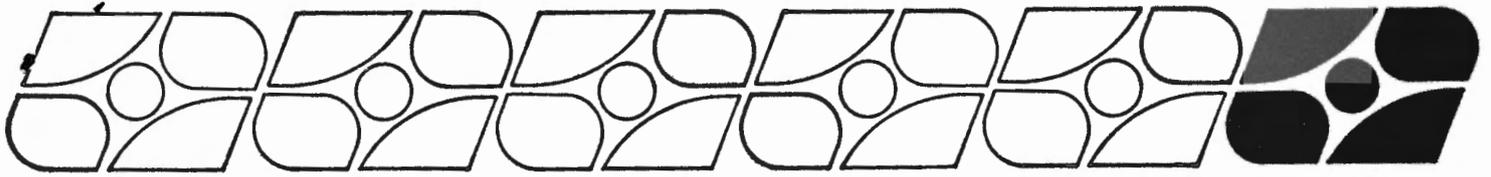
1. Estudos teóricos e metodológicos visando a estimativas de população de áreas metropolitanas a nível de municípios; determinação de níveis e padrões de mortalidade.
2. Estudos das variáveis demográficas, mortalidade, fecundidade, migrações internas, nupcialidade e de suas relações com outras variáveis econômicas e/ou sociais.
3. Análises globais e regionais dos resultados do Censo de 1970.
4. Projeções de População do Brasil; estudos e análises dos resultados obtidos nos itens já mencionados e ainda, outros, onde poderiam ser abordados a composição e a distribuição da força de trabalho no Brasil bem como o planejamento de nova pesquisa que identifique padrões e aspirações de fecundidade.

Grupo Projeto de Indicadores Sociais – GPIS. O aumento do consumo das estatísticas, tendo em vista o crescimento e a complexidade de projetos e programas de desenvolvimento nacional, levou o IBGE a reformulações nessa área, segundo o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, no sentido de fornecer uma visão global bastante aproximada, a partir do Censo de 1970, do retrato do País. Procurando evitar uma defasagem entre os resultados já alcançados e a realidade em constante mudança, a Entidade vem se dedicando ao estudo sistemático de aspectos setoriais relevantes, como a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD, com a finalidade de mostrar, p.e., o rendimento familiar e apresentar resultados que funcionem como elementos auxiliares na política de preços.

A elaboração de indicadores sociais, conforme explicou o Professor Isaac Kerstenetzky, Presidente do IBGE em Seminário sobre Documentação e Informática, promovido pela Fundação Getúlio Vargas, em novembro de 1971, tem em vista o fato de que é cada vez mais importante aferir o desenvolvimento não apenas em termos de indicadores econômicos, mas também em termos de indicadores sociais, que dêem uma idéia de difusão de crescimento do país.

Tais estudos constam da agenda de trabalhos do GPIS para 1974, assim resumidos:

1. Elaboração de Indicadores Sociais a partir da exploração de dados censitários e resultados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD.
2. Aprofundamento dos estudos teóricos sobre Indicadores Sociais e realização, em paralelo, de estudos para a redefinição de conceitos básicos, tendo em vista o aprimoramento de conteúdo sociológico dos dados a serem utilizados em pesquisas futuras.



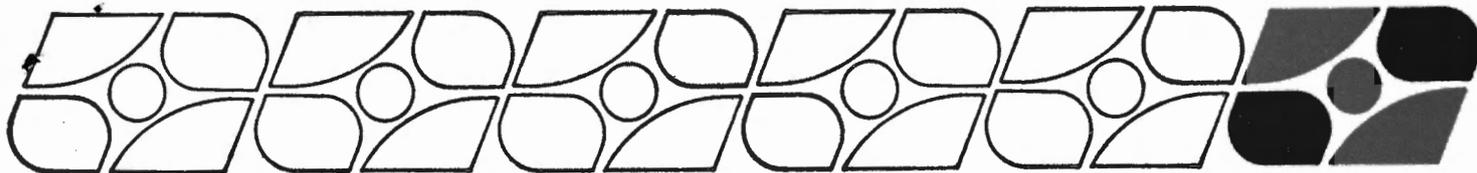
3. Realização de estudos de embasamento teórico sobre Orçamento Familiar, com vistas à análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – Orçamento Familiar (PNAD-OF), que deverão estar disponíveis a partir do 2º semestre de 1974.
4. Participação e acompanhamento no processo de instrução da PNAD-OF.
5. Elaboração e implementação do Projeto de Pesquisas de Desemprego e Subemprego a ser realizado na área do Grande Rio, em julho de 1974.

O Departamento de Estatísticas Derivadas – DESD. No âmbito da economia planificada, é de vital interesse a posse de dados cada vez mais aperfeiçoados que revelem, com um mínimo de distorção, o comportamento dos diferentes setores econômicos e sociais de um país. Esses elementos, básicos na elaboração de modelo demonstrativo de simulação da economia, favorecem, no âmbito administrativo, a tomada de decisões, podendo indicar as inter-relações existentes entre numerosos fatores que influenciam aquele comportamento tais como salários, consumo e produção.

No Brasil, diversos tipos de pesquisas desse gênero estão programadas, muitas já em fase adiantada de desenvolvimento. Cabe ao IBGE, órgão integrante da Secretaria de Planejamento do Governo Central, a elaboração e execução dessa programação. Uma delas, a de **Matriz de Relações Intersetoriais**, fornecerá às entidades governamentais e de pesquisa, visão de todos os elos e interdependências da economia, tornando possível ver quais os reflexos diretos e indiretos de uma medida tomada numa determinada área sobre toda a economia.

Esse gênero de sistematização estatística integra o elenco das atuais atividades do Departamento de Estatística Derivada, da Superintendência de Pesquisas e Desenvolvimento, do IBGE. Essas atividades estão assim distribuídas:

1. Elaboração de Matrizes Nacionais de Relações Intersetoriais de Bens e Serviços a preços do produtor e a preços do consumidor. Estão sendo construídas a partir de matrizes de "input" (valor de bens e serviços consumidos segundo as diversas atividades econômicas e consumidoras e a demanda final) matrizes de "output" (valor dos bens e serviços produzidos segundo as diversas atividades econômicas produtoras e o setor importador).
2. Elaboração de tabelas complementares tais como: matriz de importações, tabela de investimentos (evidenciando setores produtores dos bens de investimento segundo setores consumidores dos mesmos), tabelas evidenciando as inter-relações de compra e venda de bens e serviços do setor público enquanto exercendo atividade de natureza empresarial, com o resto da economia.
3. Elaboração de matrizes regionais de "input", e de "output" conforme definidas no item 1.
4. Colaboração estreita no planejamento, complementação e aperfeiçoamento dos levantamentos de estatística econômica do IBGE, no sentido de adequá-los gradativamente às crescentes necessidades de informações para planejamento e decisão do Governo e do setor privado.



5. Planejamento, elaboração e revisão de Indicadores Econômicos de Curto e Médio Prazo. Neste campo atualmente está o **DESD** desenvolvendo:

5.1. elaboração sistemática e estudo de aperfeiçoamento de indicadores de produção real, mensal e anuais, a nível nacional, para a Indústria de Transformação; indicadores anuais a nível nacional do comércio exterior; indicadores mensais e anuais de produção real e consumo do setor de Energia Elétrica; indicadores anuais do comércio de cabotagem; indicadores anuais de produção real dos setores agrícola, pecuária e extrativo vegetal.

5.2. elaboração, em fase de teste: Indicadores mensais de comércio exterior, índices de preços ao nível do consumidor.

5.3. Em processo de planejamento: concepção de um sistema integrado de indicadores econômicos, definição das prioridades de sua implantação. Seguir-se-á a implantação dos indicadores, o que pressupõe já complementada a fase de revisão das metodologias empregadas nos indicadores atualmente existentes no âmbito do Departamento.

CONVÊNIOS

MAPEAMENTO TOPOGRÁFICO DE SANTA CATARINA

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, através de convênio firmado com a Secretaria do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, executará mapeamento topográfico de parte do território coberto por Santa Catarina.

As etapas de mapeamento são de aproximadamente 37.236 km², na escala de 1:50.000, totalizando 61 folhas de 15' x 15' em 3 áreas, assim distribuídas:

ÁREA	DELIMITAÇÃO	Nº DE FOLHAS
1	48°30' a 50°00' – 26°00' a 27°00'	15
2	48°30' a 50°00' – 27°00' a 28°00'	23
3	48°30' a 50°00' – 28°00' a 29°15'	23

Os trabalhos de mapeamento serão realizados pelos Departamentos de Geodésia e Topografia, e de Cartografia, da Superintendência de Cartografia, do IBGE, e deverão ser executados, conforme dispõe o Convênio, de acordo com as normas e padrões estabelecidos nas "Especificações Técnicas" adotadas pelo IBGE e seguindo as seguintes etapas de trabalho:

a) planejamento da obra; b) apoio suplementar; c) aerotriangulação; d) restituição; e) preparo para impressão; f) impressão das folhas topográficas resultantes do presente Convênio, em 5 (cinco) cores.



DOCUMENTAÇÃO & INFORMAÇÃO

Pouco a pouco, amadurece entre os especialistas brasileiros, a necessidade urgente de se sistematizar o tratamento e intercâmbio da informação, na área da ciência e tecnologia. O IBGE, como centro produtor de dados, da mais alta significação dentro do Plano Nacional de Desenvolvimento, acompanha, de perto, o assunto.

Assim, este BI vem procurando fornecer, interna e externamente, elementos que sirvam de orientação aos interessados, sobre o que já existe com referência ao estabelecimento de uma rede nacional e internacional de intercâmbio no campo da documentação. Nos três números anteriores, divulgou matéria ligada ao Sistema Mundial de Informação Científica (UNISIST).

A partir deste número, o BI trata do Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT). Inicialmente transcreve, em duas partes, trabalho de Lydia de Queiroz Sambaquy, da Fundação Getúlio Vargas, ex-Presidente do IBBD, e membro da Comissão de Redação do Grupo de Trabalho do SNICT.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (SNICT) – 1

Lydia de Queiroz Sambaquy

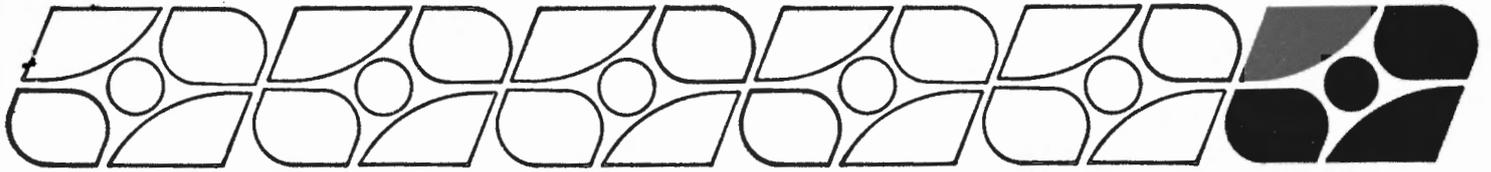
1 – OBJETIVO

O Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica tem como objetivo planejar e coordenar, em âmbito nacional, os trabalhos de informação científica e tecnológica, no sentido do estabelecimento de uma rede nacional de cooperação e intercâmbio no campo da documentação, para assegurar o aproveitamento integral dos conhecimentos adquiridos no País e no estrangeiro.

2 – ATRIBUIÇÕES

Para isso o SNICT deverá desenvolver as seguintes atividades:

- a) Desenvolver esforços no sentido de que, no território nacional, venha a existir, pelo menos, um exemplar de cada obra editada, ou documento não publicado, de significação para o desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia, acessível aos estudiosos e pesquisadores;
- b) Garantir que a literatura e as informações científicas e tecnológicas existentes no mundo fiquem acessíveis aos pesquisadores e estudiosos brasileiros qualificados;
- c) Fortalecer a capacidade institucional do Sistema Nacional de Informações, dos Sistemas Setoriais e dos Subsistemas, que venham a ser organizados por especialização de assuntos e, ainda, de caráter geral, por regiões brasileiras;



d) Assegurar que seja feita a aquisição de publicações e documentos, de acordo com um sistema coordenado e que toda a documentação reunida seja devidamente processada, analisada, classificada e, sempre que possível, divulgada, para que fique à disposição dos pesquisadores e estudiosos;

e) Assessorar, informar e documentar, através da cooperação das entidades integrantes do Sistema, os órgãos de assistência direta e indireta da Presidência da República, dos Ministros de Estado, em âmbito federal e, ainda, aos órgãos governamentais de âmbito estadual e municipal;

f) Prestar serviços especiais de informação e documentação às Universidades brasileiras em geral e aos pesquisadores e estudiosos em todos os setores de atividades científicas e tecnológicas;

g) Promover ou participar de reuniões, seminários, congressos e conferências de caráter local, estadual, regional e internacional, que visem: 1) ao desenvolvimento das formas de intercâmbio de documentação e informação; 2) à normalização de processos de sistemas; 3) ao aperfeiçoamento da utilização da documentação reunida em bibliotecas, arquivos e centros de documentação nacionais, regionais e internacionais.

h) Desenvolver programas de cooperação a serem estabelecidos pelos órgãos de informação técnico-científicos nacionais, regionais, estaduais e municipais;

i) Estimular a organização, no Brasil, de redes de informação automatizadas, que venham a ser integradas ao SNICT, evitando, tanto quanto possível, duplicação de serviços e sistemas;

j) Facilitar aos centros regionais a telecomunicação de informações científicas e tecnológicas;

k) Cooperar com organizações similares estrangeiras e, especialmente, com o programa estabelecido pela UNISIST.

3 – NORMAS GERAIS DE FUNCIONAMENTO

3.1 – Em princípio, o SNICT deverá servir como um órgão de assessoramento, de assistência técnica e financeira e de programação e coordenação geral, reunindo, num sistema nacional, sistemas setoriais, subsistemas e até mesmo órgãos individuais que tenham capacidade de fazer a cobertura, em extensão e profundidade, das informações científicas e tecnológicas existentes no País e no mundo.

3.2 – O Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica deverá envidar esforços no sentido de dominar toda a gama de conhecimentos e de dados disponíveis, facilitando a localização de documentos e de informações específicas, de interesse para o desenvolvimento científico e tecnológico do País. Para isso, deve aceitar a colaboração de todas as entidades que se prontificarem a participar, pública e privada, e que disponham de condições mínimas para prestação desse tipo de serviço e que possam, portanto, ser enquadrados em alguns dos subsistemas estabelecidos ou, quando for



o caso, consideradas para servirem como órgãos centrais de novos subsistemas.

3.3 – Cada órgão integrante do Sistema, ou dos Subsistemas, naturalmente, conservará inteira autonomia técnica e administrativa, devendo a título de participação comprometer-se a: a) prestar ao SNICT toda a colaboração que estiver ao seu alcance, no que se referir a trocas de informações; b) fazer o empréstimo de publicações e documentos, conforme as regras tradicionais dos empréstimos entre as bibliotecas, ou mediante o fornecimento de reprografias, e, ainda, c) participar dos projetos de telecomunicação, de catálogos coletivos e de outros que venham a ser programados e implementados e que visem ao desenvolvimento dos planos gerais estabelecidos pelo SNICT;

3.4 – Em contrapartida, cada órgão integrante do Sistema será beneficiado com a possibilidade da utilização integral dos recursos de informação e de documentação disponíveis, através do SNICT, que lhe possibilitará o domínio no assunto de seu interesse, o que, de outra maneira, seria muito dispendioso e talvez mesmo impossível.

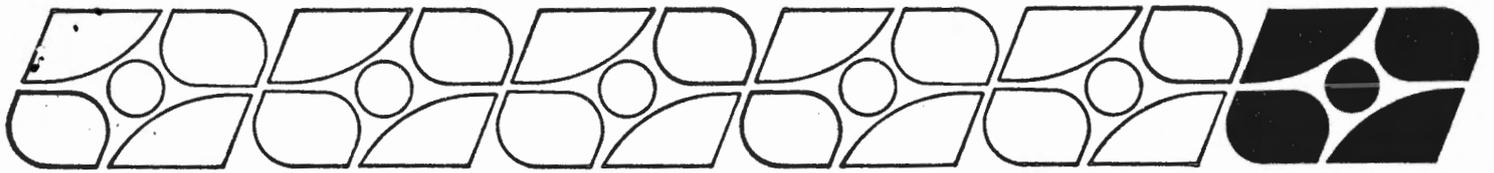
3.5 – Todos os órgãos que participarem do SNICT serão beneficiados, através da cooperação no campo da documentação, da livre comunicação de dados e de informações, através de sistemas especiais de telecomunicação e pela automação de dados e informações na medida das possibilidades e da conveniência dos diferentes setores e especialização por assunto. Caberá ao SNICT contribuir financeiramente, mediante projetos definidos e aprovados, pelo Conselho Coordenador para a instalação dos equipamentos necessários, nos órgãos centrais dos diferentes sistemas.

3.6 – Caberá aos sistemas setoriais e aos subsistemas obter pelos serviços prestados, a participação de unidades de documentação, como membros integrantes, devendo ser evitada qualquer coação por injunção legislativa, a não ser quando os órgãos participantes pertencam a um mesmo Ministério e não gozem de autonomia financeira e administrativa.

SOCIEDADE DE SENSORES REMOTOS *

Após uma série de reuniões realizadas no Reino Unido, criou-se a Sociedade de Sensores Remotos em 1 de janeiro de 1974. A iniciativa partiu de um grupo de cientistas, técnicos e administradores profundamente interessados no estudo dos métodos, cálculos, controle dos recursos e ambiente da terra.

* Adaptado de Geography nº 262 – Janeiro de 1974.



O objetivo e finalidade desta sociedade é o avanço do conhecimento sobre o significado do sensor remoto. Tal fato, se refere principalmente ao estudo à Terra e seu ambiente, pela observação feita da plataforma de um avião ou satélite espacial.

Embora formada no Reino Unido, o conselho da Sociedade é internacional, tanto no conceito como no caráter. Para 1974, estão previstas duas reuniões: uma, em Londres, sobre "Fundamentos dos Sensores Remotos"; outra, na Universidade de Sheffield, ligada ao tema "Aplicação dos Sensores Remotos – Processamento de Dados e Análises".

Informações sobre esta Sociedade e suas atividades poderão ser obtidas através do Secretário Geral Dr. W.G. Collins, Dep. de Engenharia Civil Universidade de Aston, Birmingham, B4 7ET.

EDITORIAIS

FUNDAMENTOS DE GEOMORFOLOGIA – *lançamento*

Vem sendo grande a procura da obra **Fundamentos de Geomorfologia**. Em face desse interesse entre especialistas e estudiosos, em geral, do assunto, o IBGE se sente recompensado pela iniciativa do lançamento.

Da autoria de Margarida Maria Penteado, professora assistente - doutora do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro – SP, trata-se da primeira publicação, no gênero, editada em língua portuguesa. Dirige-se a alunos, em nível universitário, professores, pesquisadores e a todos aqueles cujas atividades sejam afins com a Geomorfologia, apresentando larga margem de interesse, que justifica a aceitação que vem tendo.

Até onde permite o nível dos ensinamentos e conceitos que expõe, **Fundamentos de Geomorfologia** é apresentado em linguagem simples e objetiva, facilitando a assimilação ou a consulta das noções básicas e indispensáveis ao entendimento da gênese e evolução do relevo terrestre. A análise e explicação da paisagem terrestre e a compreensão de sua organização, preocupação primordial do geógrafo, necessitam como um dos primeiros passos, do estudo das formas de relevo.

O texto é amplamente ilustrado com exemplos brasileiros conduzindo o leitor à visualização dos diferentes aspectos geomorfológicos e, bem assim, ao encaminhamento e visão da paisagem física.

Complementa mais este lançamento da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, índice analítico que torna mais fácil a consulta dos diferentes termos da terminologia geomorfológica constantes do texto.



CURSO PARA PROFESSORES DE GEOGRAFIA, nº 19 – *lançamento*

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística vem de lançar o número 19 da série Curso de Geografia para Professores do Ensino de I e II Graus.

Trata-se de coletânea do Curso de Férias realizado em julho de 1972, em que o IBGE efetuou – explica o professor Ney Strauch, na apresentação da obra – “experiência que se poderia chamar de pioneira ao tentar associar estreitamente os acontecimentos históricos aos aspectos geográficos básicos de nosso território”.

“O objetivo de tal experimento foi alertar o professor de geografia que ele, agora mais do que outrora, necessita se familiarizar com as “outras” ciências sociais, principalmente com a História, dada a grande correlação que ela apresenta com a Geografia”.

Temário: O Brasil de Hoje e o Brasil de Ontem, Maurício Silva Santos; O Espaço Brasileiro, Gelson Rangel Lima; Litoral, Presença Física e Humana, Luiz Carlos de A. Santos; O Ciclo do Açúcar. As Unidades Regionais do Nordeste, Hilda da Silva; O Ciclo do Ouro. O Ciclo do Café. Caracterização da Região Sudeste, Maria Francisca Thereza C. Cardoso; A Região Sul: Os Processos de Ocupação e a Organização de seu Espaço, Aluizio Capdeville Duarte; As Vias de Transportes como uma das Formas da Integração Nacional, José Cezar de Magalhães; O Norte: Uma Região a Ser Integrada, José Cezar de Magalhães; Centro-Oeste: Uma Região Periférica em Integração, José Cezar de Magalhães; O Homem Brasileiro, Ney Strauch.

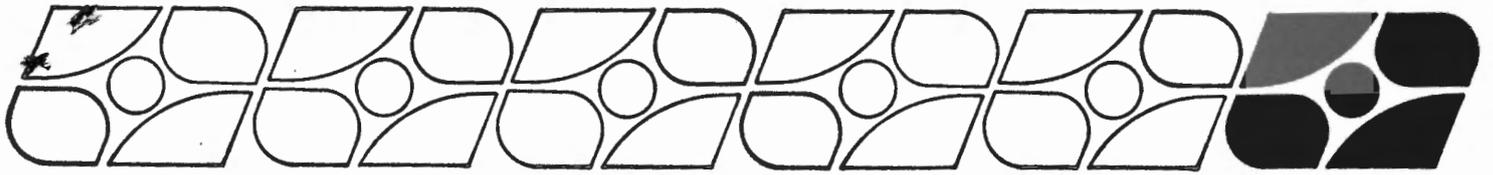
GEOGRAFIA DA GUANABARA – 2a. edição

Rigorosamente atualizada, acaba de ser editada a 2a. edição da **Geografia da Guanabara**, da Profa. Ceçary Amazonas.

Em nível de 1º grau, essa edição atende às transformações por que vem passando a Guanabara. Procura fornecer ao jovem, a visão mais fiel possível da terra carioca do presente, incluindo a noção do Grande Rio, área que se impõe como expressão econômica e social, no País.

São exemplos dessa renovação, a ponte Rio-Niterói, ligando dois Estados; a abertura de túneis e estradas conquistando novas áreas de expansão urbana; a construção de viadutos e as obras do Metrô, aliviando a “crise” dos transportes; os modernos edifícios que emergem em ritmo assustador; a abertura de novas áreas públicas de lazer e ampliação e saneamento de praias.

Nova feição gráfica, mais cores e maior abertura entre os assuntos fornece à esta edição da Geografia da Guanabara, mais agilidade e dinamismo procurando concretizar uma realidade que em muito facilitará a melhor visualização das noções apresentadas.



DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO
GEOGRÁFICA E CARTOGRÁFICA

– Novo endereço

O Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica (DEDIGEO) – Direção Geral, Divisões de Edições, e Sistematização da Informação e o Centro de Cooperação Técnica -- está atendendo em novas instalações na Av. Augusto Severo, 8 – 2º andar.

As publicações do IBGE sobre Geografia e Cartografia podem ser adquiridas nas Seções de venda da Entidade, na Av. Beira Mar, 436 – térreo e Av. Franklin Roosevelt, 146 – loja e nas Delegacias Estaduais de Estatística.

Os pedidos de aquisição devem ser endereçados ao
Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica (DEDIGEO) – Av. Augusto Severo, 8 – 2º andar – Lapa – 20000 – Rio de Janeiro – Guanabara – Brasil.

DivEd/Or-ajm.

Impresso no DECART